

## Jornalistas, “senhores da memória”?<sup>1</sup>

Marialva Barbosa (UFF)<sup>2</sup>

**Resumo:** O texto faz uma revisão crítica da idéia de que os jornalistas se constituem em verdadeiros “senhores de memória” da sociedade, ao realizar no seu trabalho cotidiano uma operação seletiva da memória, lembrando alguns fatos e esquecendo outros tantos, levando em conta configurações do presente. A idéia central é que a ação do jornalista é sobretudo de natureza memorialística, já que a memória é uma operação do presente e conformadora da própria identidade. Mas ao construir uma dada memória da sociedade, na verdade, estariam configurando uma identidade da própria profissão. Num segundo momento discutimos o papel da televisão como duplo “lugar de memória”.

### Memória – História – Jornalismo – Identidade

A questão da memória tem sido um tema freqüente de nossos estudos desde o início da década de 1990<sup>3</sup>. Já naquela oportunidade discutíamos a questão da memória nas suas múltiplas conceituações e apropriações. Restos, farrapos, vestígios, trabalhos, traços de um passado que se reatualiza no presente. Na sua interseção com a problemática do jornalismo, a questão da memória possibilita uma série de reflexões que ajuda a compreender as inter-relações fundamentais entre imprensa e poder. Afinal ao ser portadora de um discurso válido que pode ser transformado em documento para o futuro, a mídia se configura como um dos senhores da memória da sociedade.

A presunção primeira deste texto – a partir das múltiplas reflexões que realizamos desde então – é que os jornalistas fazem a memória, na medida em que é papel da mídia reter assuntos que, guardando identificação com o leitor, precisam ser permanentemente atualizados. Ao selecionar temas que devem ser lembrados e ao esquecer outros,

---

<sup>1</sup> Trabalho enviado para o NP 02 – Jornalismo, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. Reproduzimos no título uma citação de Jacques Le Goff (1984).

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e do Departamento de Estudos Culturais e Mídia da mesma universidade. Doutora em História (UFF, 1996). Este texto reproduz em parte conclusões da pesquisa Mídia e Cerimônias: uma análise do modelo cerimonial da mídia audiovisual brasileira, financiado pelo CNPq.

<sup>3</sup> Cf. Barbosa, Marialva. Senhores da Memória. Tese Titular, Universidade Federal Fluminense, 1994; Imprensa, Poder e Público. Os diários do Rio de Janeiro, 1880-1920, sobretudo capítulo III Memória e Jornal. Tese Doutorado em História, UFF-ICHF, 1995; Memória e Tempo. Texto final de pós-doutorado. Paris, LAIOS-CNRS, 1999, e dezenas e outros artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais.

produzem, a partir de critérios altamente subjetivos, uma espécie de classificação do mundo para o leitor.

O jornal retém em sua estrutura assuntos que, em princípio, guardariam alguma identificação com o leitor. Entretanto, como não se pode informar a totalidade, o jornalismo seleciona e hierarquiza as informações tomando por base critérios subjetivos. A própria distribuição das notícias em eixos centrais de análise, onde informações em rubricas específicas produzem uma classificação permanente do mundo social para o leitor, mostra esta tendência.

A lógica da imprensa é desorganizar a estruturação racional da realidade e jogar para o leitor o mundo como amontoado de fatos desconexos e sem qualquer lógica interna. Ao lado de manchetes que advertem sobre o perigo da criminalidade, de seqüestros relâmpagos, aumento do número de roubo e assaltos, tiroteios que matam indiscriminadamente, terrorismo, convivem outras sobre ganhadores de prêmios milionários da Loteria, passeios ciclísticos, espetáculos populares ou a vitória de um tipo de futebol.

Ao colocar este mundo ao alcance do público, os meios de comunicação o fazem crer que participam diretamente das questões contemporâneas. Por outro lado, falar sobre a realidade é ser capaz de produzir uma representação conhecida e reconhecida da existência. Essas capacidades geradoras, atribuídas à língua e a quem detêm o poder de nomeação na sociedade, são suportes por excelência de poder.

Ao ser capaz de transmitir a informação – a capacidade de saber – e ao produzir uma língua legítima, no sentido de reconhecida, os meios de comunicação passam a ser portadores desse reconhecimento. Produzindo um discurso digno de ser publicado, isto é, oficializado, constroem também distinção em relação a outros grupos.

Assim, nesse processo – entre lembranças e esquecimentos – a mídia produz o acontecimento como algo que emerge na duração, a partir do pressuposto de que este fugiria aos padrões de normalidade. O acontecimento como ruptura seria algo que produziria no público uma espécie de estranhamento. Acontecimento passaria a ser nesta ótica tudo aquilo que se materializaria via publicização dos meios. Mas não é só a escolha do fato que transforma o acontecimento em algo seletivo, já que a ação mesma de narrar pressupõe uma seleção. Não é possível a qualquer narrativa apreender tudo o que se produz em torno do narrador, uma vez que a percepção é sempre seletiva e a atenção reflexiva.

O narrador escolhe os elementos do seu relato, mesmo quando pretende que nada lhe escape. O conjunto de unidades registradas será sempre um subconjunto do que

realmente se passou. Assim, os meios de comunicação registram, de preferência, fatos que os jornalistas estão convencidos de terem visto ou compreendido e decompõem o tempo vivido em uma seqüência de unidades individualizadas.

Cada unidade individualizada do tempo vivido, corresponde a uma mudança que o espectador percebe em torno de si mesmo, a uma passagem de um estado a outro, a uma descontinuidade em relação ao momento anterior, resultado do aparecimento ou desaparecimento de algo ou da rearrumação dos elementos que estão à volta. A mudança que o público percebe a sua volta, é o acontecimento, no sentido que se dá a esta palavra na literatura histórica.

Mas para que haja acontecimento não basta a presença do espectador. É preciso que haja a mudança e que ela seja acessível a uma pluralidade de espectadores virtuais, capazes de comunicar reciprocamente os resultados de suas recepções. E são os meios de comunicação que tornam essa mudança acessível. Para ser percebida é preciso que seja perceptível. Para isso é necessário que o acontecimento se produza no espaço visível do público. E são mais uma vez os meios de comunicação que tornam o acontecimento visível.

A narrativa do acontecimento, entretanto, não é apenas a descrição das mudanças que se percebeu. O jornalista confere significação àquilo que fala, mesmo quando não existe propósito deliberado para isso. Acontecimento seria, assim, não a mudança perceptível no tempo e no espaço, mas a descontinuidade construída a partir de um modelo de normalidade e anormalidade construído.

Do ponto de vista da caracterização temporal, embora o acontecimento seja atual, evidencia um tempo de natureza cíclica. Os fatos narrados hoje são repetidos amanhã, ainda que envolvendo outros personagens, outros lugares. O tempo da narrativa jornalística mostra uma repetição sistemática da quebra de normalidade. No tempo cíclico ou oscilatório, o futuro é uma repetição mais ou menos exata do passado. Quanto ao presente, para se determinar sua posição, é preciso saber qual fase estamos vivendo: se um momento ascensional, onde o tempo é progressivo ou uma fase descendente, onde é regressivo. Assim, a divisão do tempo em períodos não é privilégio de uma concepção de tempo linear (POMIAN, 1986).

Os meios de comunicação estruturam sua cobertura no sentido de legitimar os núcleos de poder. O noticiário rege-se pela atuação das instituições hegemônicas e marginaliza os núcleos não hegemônicos. Tais grupos, mais próximos da vivência dos leitores, ficam excluídos, passando a figurar como notícia apenas quando surgem

problemas de grandes repercussões (greves, acidentes, catástrofes, etc.). Predominando uma cobertura dessa natureza, o jornalismo brasileiro assume um caráter elitista.

Do ponto de vista da seleção da informação podemos dizer que o jornalista constrói, transpondo para o lugar da anormalidade, o acontecimento. Essa construção é seletiva. Seleciona-se parte da realidade, partindo-se do pressuposto do que os leitores gostariam de saber e do que as instituições querem fazer saber.

Ao selecionar o fato, transpondo-o do lugar da normalidade para o da anormalidade, transformando-o em acontecimento, e ao escolher a forma da narrativa, o jornalista está constituindo o próprio acontecimento e criando uma memória da atualidade. Uma memória que obedece a critérios subjetivos e engendra a questão do poder.

Assim, ao selecionar o que deve ser notícia e o que vai ser esquecido, ao valorizar elementos em detrimento de outros, a mídia reconstrói o presente de maneira seletiva, construindo hoje a história desse presente e fixando para o futuro o que deve ser lembrando e o que precisa ser esquecido.

Essa construção dos acontecimentos obedece a parâmetros de natureza ideológica e que remete a questão do poder. Ser senhor da memória e do esquecimento é ser detentor do poder de fixar o presente para um futuro próximo ou distante (LE GOFF, 1986). Essa infinita capacidade geradora é ainda mais emblemática quando se possui o poder de nomeação na sociedade. Legitimando o acontecimento, divulgando-o, caracterizando-o através da linguagem e tornando-o oficial, a mídia tira das zonas de sombra o que precisa ser destacado e impõe uma visão de mundo, que atua outorgando poder.

Constituindo os acontecimentos os meios de comunicação tornam-se, portanto, senhores da memória da sociedade. Transpondo fatos para a categoria de acontecimento (definido como descontinuidade constatada a partir de um modelo de normalidade considerado *a priori*), privilegiam determinadas informações em detrimento de outras.

Para isso, é dado ao produtor do discurso o direito de falar de fatos, eventos, ocorrências que não foram registrados em sua presença. É dado, portanto, aos jornalistas o estatuto de produção de um discurso considerado como crível, ou melhor, de um discurso acreditado como verídico.

Ao vermos uma notícia na televisão, ao escutarmos o rádio, ao lermos o jornal jamais pensamos que o fato narrado não poderia ter se dado ou que poderia ser uma invenção do seu produtor. O relato jornalístico é revestido da característica de crível antes de qualquer outra presunção. Assim, quando se descobre que um relato foi inventado, a notícia assume a proporção de um verdadeiro escândalo. Não existe a possibilidade de

invenção da realidade no mundo do jornalismo, em função de ser atribuída aos produtores desse discurso à outorga de poder realizar somente um discurso tido como verdadeiro.

### **A problemática da memória**

Mas de que conceito de memória estamos falando? Falar de memória é se referir, no nosso entender, a quatro problemas fundamentais: a memória é sempre uma ação do presente. Nessa ação estão envolvidas escolhas, ou seja, pressupõe a dialética lembrança e esquecimento. Falar em memória é se referir às disputas em torno da fixação das chamadas memórias válidas, o que enseja necessariamente a questão do poder. E, por último, falar em memória é também construir uma idéia de projeto. A memória é projetiva, no sentido que se direciona sempre a uma idéia de futuro. Da mesma forma que o passado fornece uma escassez de recursos (APPADURAI, 1981) para a construção da possibilidade memorável, também o presente é escasso para a sua realização. Assim, a memória construída no presente pressupõe sempre uma ação futura.

Apropriação seletiva do passado, apoiada num feixe de subjetividades, do qual o tempo faz parte, a memória coloca em destaque, em seu caráter plural, também a noção de agentes de memórias, de pluralidade de funções e de significações. A memória é uma construção e não um dado.

Seletiva reconstrução do passado, baseada em ações subseqüentes, não localizadas nesse passado, em percepções e em novos códigos é através da memória que se delinea, simboliza e classifica do mundo. O passado é, pois, universo de significados, disputados conflitivamente no presente. Por outro lado, a memória está sujeita a enquadramentos (POLLAK, 1989): escolhe-se o que vai ser lembrado e o que deve ser esquecido<sup>4</sup>.

Essa fixação do presente pode se dar também através de imagens. Ao registrar as emoções, essas imagens podem se transformar num suporte privilegiado de captação de lembranças dos objetos de memória confeccionados no presente. Nas lembranças mais

---

<sup>4</sup> Essa dialética é, na verdade, um dos pilares da obra de Freud, que, embora não negando completamente as teses da psicologia empirista do século XIX sobre a função reprodutora da memória, em sua teoria dos traços mnêmicos, alterou o estatuto desse registro, mera cópia, uma vez que se recupera sempre traços e não o todo. Os estudos de Freud sobre o tema foram decisivos para os teóricos que, posteriormente, formularam uma série de questões sobre a memória social. Para Freud, a memória se realiza no sistema inconsciente incluindo sempre e necessariamente o esquecimento ligado ao processo de recalçamento. Seria o recalçamento o mecanismo suposto para dar conta do processo da lembrança ou do esquecimento. Assim, muitos dos processos da memória, como os da percepção, ocorreriam inconscientemente. O ato defensivo seria, pois, não apenas esquecer, podendo ser também lembrar. A psicanálise freudiana, portanto, recupera as funções atribuídas à deusa *Mnemosine* - registrar, evocar e esquecer - bem como as distinções entre os lugares da memória e as imagens e os traços que permitiriam a ocorrência da lembrança. À medida que Freud evolui na construção de sua obra, fica ainda mais evidente a tese de que além de as imagens terem uma organização especial - obedecendo a direções diferentes conforme o estado de vigília ou de sonho -, a memória teria basicamente uma outra função: a de criar e recriar o "real". Memória, em Freud, seria, pois, revelação (e não registro) de algo de real que é vivido e representado psiquicamente, ao mesmo tempo em que é, também, encobrimento. Cf. FREUD, S. *Uma nota sobre o bloco mágico* (1925), *O mecanismo psíquico do esquecimento* (1898) e *Lembranças encobridoras* (1899).

próximas, àquelas das quais se guarda recordação pessoal, os pontos de referência não dizem respeito à data dos acontecimentos, mas aos sons, aos cheiros, às cores. Dessa forma, essas imagens, sejam nos filmes ou nas fotografias, tornam-se instrumentos poderosos para os rearranjos sucessivos da memória coletiva e, através da televisão, da memória nacional.

Se a imagem guarda essa relação no que diz respeito à fixação da lembrança, a escrita, por outro lado, confere à memória um caráter oficial, uniformizador e, ao mesmo tempo, doutrinador. A memória coletiva organizada resume a idéia que a sociedade majoritária ou o Estado deseja passar a impor. Ao silêncio ou a memória silenciada e esquecida, contrapõe-se, portanto, uma memória publicada, oficializada. Estudar os mecanismos de oficialização da memória é, sobretudo, analisar a sua função e perceber como e deu essa organização coletiva dos acontecimentos e das interpretações que se quer preservar<sup>5</sup>.

Outra questão a ser considerada é a característica social presente em toda e qualquer construção mneumônica. O tempo revivido pelos textos impressos se relaciona sempre à estrutura social, mesmo quando aparentemente fala do indivíduo<sup>6</sup>.

A conceituação de Maurice Halbwachs, que ao elaborar a sua teoria classifica a linguagem, o tempo e o espaço como quadros sociais de memória, é valiosa para perceber esta construção como uma operação de natureza social. Através de três obras fundamentais - *Quadros Sociais de Memória* (1925), *Topografia Legendária dos Evangelhos na Terra Santa* (1942) e *Memória Coletiva* (obra póstuma, 1950) - propõem o tratamento da memória como fenômeno social. Herdeiro da sociologia francesa, Halbwachs prolonga os estudos de Durkheim, ao mesmo tempo em que se contrapõe às teorias de Bergson. Se para Durkheim os fatos sociais são exteriores ao indivíduo e dotados de um poder coercitivo, para Halbwachs o que importa não é a memória, mas os quadros sociais da memória. Na sua obra, que parte de uma polêmica com Bergson - para quem a concepção de memória pura opõe espírito, lugar da memória, à matéria, lugar da percepção - afirma que a memória é, por natureza, social. A memória individual, dessa forma, estaria sempre

---

<sup>5</sup> Georges Duby e Jacques Le Goff, particularmente, enfocam a relação escrita como forma de controle e cerceamento, como uma forma de “domesticação da memória” no qual apenas uma parte se transforma em relato, principalmente quando a preservação interessa ao poder. Dominar a escrita é domesticar e selecionar a memória. Cf. DUBY, Georges. *Diálogos sobre a nova história*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989 e LE GOFF, Jacques. *Memória e História*. Lisboa: Casa da Moeda, 1989.

<sup>6</sup> Numerosos são os estudos dedicados nos últimos anos à questão da memória, seja recuperando trabalhos clássicos como os de Maurice Halbwachs, seja estabelecendo novas conceituações a propósito da noção. Ver também sobre o tema William Johnston. *Postmodernisme et bimillénaire, le culte des anniversaires dans la culture contemporaine*. Paris: PUF, 1993.

construída em relação ao grupo do qual se faz parte, em relação ao meio social e em relação a todos que nos cercam.

Para ele, a linguagem, que possibilita a unificação da memória do grupo, bem como o tempo e o espaço são quadros sociais de memória privilegiados. O sistema simbólico é a essência da memória coletiva; e o espaço e o tempo são meios pelos quais se servem diferentes memórias coletivas para lembrar aquilo que está próximo ou distante.

Em suma, Halbwachs ao se interrogar sobre a questão da memória, enseja a fundação de uma verdadeira teoria da memória coletiva, criando ferramentas que permitem pensar as condições sociais da produção da lembrança e do esquecimento e visualizar as interações, sempre dinâmicas, entre passado e presente, indivíduos e grupos, experiências vividas ou transmitidas e, por fim, usos sociais da história. Num segundo momento de sua obra, o autor reformula a idéia de quadros sociais da memória em direção a formulação do que definiu como correntes de pensamento: restos plurais do passado, o que permitiu a ele enxergar infinitudes de memórias coletivas.

Esses escritos, que inauguram o segundo período da sua obra, se caracterizam por uma concepção intelectualista da memória coletiva, que passa a ser vista na sua dimensão cultural e simbólica, desprezando os aspectos normativos e afetivos que estavam presentes na conceituação do primeiro período.

Para Halbwachs a memória individual é de natureza social, por inúmeras razões: a primeira delas é que esta memória é sempre de natureza intelectual. Localizar uma lembrança é utilizar a inteligência e as correlações imediatas com a sociedade. É através desse movimento de dependência da sociedade que é possível ligar a imagem a um lugar, a um nome, a uma reflexão. Por outro lado, a memória individual utiliza noções que se reportam a todos os grupos que atravessam a nossa existência.

O esforço de rememoração e de localização da lembrança mesmo na memória individual é social, já que só se faz por associações culturais inscritas socialmente. A memória, portanto, é dialógica, no sentido de estabelecer uma correlação com o outro e com o tempo, isto é, com o par presença/ ausência. É a ausência do presente que produz o passado.

Por outro lado, o meio social, para ele, exerce influência decisiva sobre a memória do indivíduo. O sujeito é constituído nas relações sociais (comunidades, grupos de pertencimento, de reconhecimento), e dessa forma a memória individual não diz respeito aos grupos, mas é memória social.

Outro conceito fundamental é o de memória coletiva. Trata-se da memória que é vivenciada dentro dos grupos. Neste sentido, ela pode ser dominante, compartilhada ou ainda memória dominada.

Assim, os conceitos de memória social, memória individual e memória coletiva formam o que muitos autores classificam como o primeiro sistema criado por Halbwachs, antes das correções de rumo que empreende e que vão desaguar na criação do seu segundo sistema teórico. Este sistema, como já frisamos, é dominado pela noção de correntes de pensamento sociais. Neste segundo sistema estão também conceituadas as noções de quadros sociais de memória e trabalhos de memória.

A idéia fundamental da noção de correntes de pensamento é que há a memória de um certo passado que atravessa a sociedade num dado momento e aparece na consciência de um grupo. Não se trata, portanto, da memória de um grupo, mas de uma memória que existe na sociedade, antes de ser memória coletiva (reclamada por um grupo). São espécies de restos do passado que são objetos de uma memória coletiva hoje.

Outra conceituação de Halbwachs fundamental é a idéia de quadros sociais da memória. Diz ele: “os quadros sociais da memória são os instrumentos através dos quais a memória coletiva se serve para recompor uma imagem do passado que se liga em cada época com o pensamento dominante na sociedade”. Esses instrumentos são, sobretudo, a língua, o tempo e o espaço, quadros sociais privilegiados da memória. O indivíduo se lembra graças a esses mecanismos (q.s.m) dos quais o grupo se serve para lembrar. Dessa forma, os quadros sociais da memória individuais são ao mesmo tempo quadros sociais da memória coletiva.

Cada grupo, segundo ele, possui uma memória que evoca (quadros) quando quer lembrar de algo vivido dentro deste grupo. E esta evocação diz respeito à simbolização realizada pela linguagem e à localização espaço temporal da lembrança, essência mesmo da memória. Rememorar é, portanto, reconstruir o passado a partir dos quadros da memória, existentes na sociedade e integrar-se a ele através da interioridade (Bérgson). Para lembrar precisamente é preciso localizar, determinar a forma, nomear. O lugar, a forma, o nome e a reflexão são os instrumentos graças aos quais se pode dar sentido ao passado.

Mas essa memória diz respeito ao sistema de valor de um grupo. E é porque temos essa memória que possuímos também a ilusão de que a nossa memória nos fará afetivamente rever o passado. Ou seja, somos atravessados pela ilusão da repetição.

Esses quadros sociais da memória não são estáticos. Mudam a medida em que papel do indivíduo muda dentro do grupo. Um livro lido na infância, por exemplo, terá hoje uma significação completamente diferente daquela do passado. Mas o texto não mudou. O que mudou foi o ponto de vista social de onde se parte para organizar a leitura.

Outro corpo conceitual que o autor trabalha diz respeito à noção de trabalhos da memória. Para Halbwachs há pelo menos seis tipos de trabalhos realizados pela memória social: acomodação e assimilação; mudança e esquecimento; hierarquização e legitimação.

Ao partir do presente para reestruturar o passado, destacam-se aspectos do presente e negligenciam-se outros. Há portanto um processo de acomodação e assimilação. Por outro lado, sendo memória a reconstrução do passado, esta depende das escolhas, esquecimentos, deformações que existem a memória do grupo. Sendo reconstrução a partir do presente enseja também a experiência da mudança. Assim, por exemplo, a memória da infância difere da memória da vida adulta, porque há mudanças das idéias dominantes que organizam esta memória. Essas unidades de organização e de sentido cristalizam-se num sistema de representação.

Ao destacar a questão da hierarquização das memórias, há que se considerar a existência de memórias dominantes e memórias dominadas. Dentro de um mesmo grupo, opera-se, pois, ao processo de visibilização de determinadas memórias, em detrimento de outras que são silenciadas, a quem não se permite organizar sentidos.

Por último refere-se ao trabalho de legitimação. A memória legitima o novo que representa a continuidade, mas também transforma a realidade numa nova realidade por um processo de “evolução”. Há nos trabalhos de memória uma ação de natureza simbólica e para Halbwachs a essência da memória coletiva está nesse sistema simbólico.

A aproximação memória e identidade é tratada por alguns autores que, nessas análises, relacionam memória e tempo, ambos de natureza social. A memória se dá num contexto preciso, já que não é uma atitude individual, mas social e num tempo também de natureza social. Sendo o homem um sujeito histórico, recordar é ato coletivo, ligado ao contexto social e ao tempo que engloba uma construção, uma noção historicamente determinada. A lembrança é a recordação de um tempo revivido<sup>7</sup>.

### **A televisão como lugar de memória cerimonial do presente**

Feitas essas primeiras considerações em torno da correlação mídia e memória, há que se introduzir nessa discussão a forma como os meios de comunicação se configuram numa espécie de duplo lugar de memória. No caso da televisão, que vamos analisar mais

detidamente, este duplo lugar parece ainda mais evidente. Ao reproduzir o mundo sob a forma de narrativa, a televisão está construindo a memória do presente para um futuro. Por outro lado, ao incluir na sua programação momentos de interrupção para as chamadas emissões ao vivo que se reatualizam sem cessar (as chamadas cerimônias midiáticas), evocando como contraponto o passado imemorial, está se constituindo num outro lugar de memória: a memória do passado possível em relação a um presente em permanente atualização. E por último, ao construir comemorações reatualiza o passado, mas por uma ótica que inclui não apenas o presente mas sobretudo o futuro. A memória, portanto, se configura na televisão não apenas nas notícias do cotidiano, mas nas comemorações e nas cerimônias midiáticas.

O primeiro lugar de materialização de uma dada memória da sociedade, organizada como memória dominante pelos meios de comunicação, são as chamadas cerimônias televisivas (DAYAN, 1996).

Nessas emissões procede-se a uma espécie de suspensão do tempo e a inclusão do público como comunidade interpretativa. Cria-se uma espécie de sentimento comunal entre aqueles que partilham a experiência de visualizar a mesma emissão, em conjunto com outros que também vêem o desenrolar dos acontecimentos que se atualizam sem cessar, naquele mesmo momento e lugar, graças à ação da mídia.

Mas essas transmissões são também arquivos memoráveis construídos para um futuro possível e também a mídia recorre a elas sempre que necessita relembrar um passado memorável. Por outro lado, é preciso considerar que a cerimônia transmitida ao vivo pela televisão possui todas as características de um ritual. Os personagens, por outro lado, situam-se entre o real e o fictício, solicitando do público a crença coletiva. Cria-se, portanto, em torno dessas cerimônias uma série de artifícios narrativos, nos quais a escolha de imagens, o apagamento do contexto, a repetição dos efeitos e a lentidão dos movimentos dos personagens assumem papel central. Cria-se uma espécie de festa coletiva, nos quais os rituais são extremamente importantes e para os quais se pede também a participação do público, também ator da cerimônia.

Outro aspecto a ser considerado nessas transmissões é o da simultaneidade das transmissões, em tempo real. Inaugura-se assim um regime de imprevisibilidade, criando uma permanente expectativa em relação ao próprio desenrolar dos acontecimentos. Essa atualização permanente produz memórias fluidas, voláteis desses acontecimentos, ao mesmo tempo em que as emissões apelam a todo instante para a memória: ao mesmo

---

<sup>7</sup> FERRAROTTI, Franco. *Il ricordo e la temporalità*. Roma: Laterga, 1987.

tempo em que mudam as imagens do ao vivo, intercalam-se essas imagens com arquivos de um passado pertencente ao personagem central da emissão.

Assim, constrói-se dois arquivos para o presente e a para o futuro e os meios de comunicação se constituem não apenas em arquivos para o futuro, mas em arquivos permanentes do presente. E a narrativa não é mais apenas a mescla do ficcional com o informacional, mas a narrativa histórica do imediato.

Após relatar com minúcias os detalhes daquele acontecimento singular que produz a interrupção do fluxo narrativo convencional, a própria emissão vai preparando o seu esquecimento e preparando o público para voltar ao ritmo e ao cotidiano de suas existências. A narrativa começa a fazer uso do recurso do flash-back e das sínteses que resumem as horas de transmissão em eventos considerados significativos.

Gradativamente esses restos, vestígios, espécies de relíquias fabricadas pela mídia não são apresentados como cenas diretas. Assume o controle da emissão as performances de estúdio, até que gradativamente sai de cena. E a mesma televisão que produziu a cerimônia também produz o seu esquecimento, através dessas estratégias narrativas que apelam à síntese ou à idealização de momentos construídos como clímax. Construída como evento memorável, a cerimônia é agora direcionada para o esquecimento.

Outro tipo de evento midiático que coloca em relevo a questão da memória são as comemorações. Espécies de marcos que reatualizam o passado, as comemorações é um importante instrumento utilizado pela prática jornalística, para construir uma dada memória da sociedade. Se a narrativa jornalística é marcada pela identidade com o instante é preciso, também, criar mecanismos em que se elimine o déficit existente em relação ao passado.

Nesse sentido, o passado é comemorado e construído como acontecimento, restabelecendo uma lógica no qual pode ser utilizado concomitantemente ao presente, moldado uma realidade diferente daquela da transmissão direta.

Presentificando o passado, a retórica jornalística da comemoração estabelece em relação ao acontecimento, difundido como informação e como espetáculo, a materialização de uma dada memória através da montagem de uma verdadeira indústria da comemoração.

Para isso mistura-se o presente e o passado, razão pela qual tornam-se os meios de comunicação verdadeiros guardiões das comemorações contemporâneas e construtores de uma dada materialização da memória.

Entender a lógica da construção comemorativa como processo de reinstauração de uma memória dominante é compreender as razões que leva a mídia a estabelecer marcos elevados a categoria de singulares.

As comemorações, por outro lado, fazem parte de um processo de construção de poder, no qual o interesse político de dominar o tempo assume papel fundamental. Possibilita também a construção do acontecimento e a sua valoração pública, o que leve os detentores deste poder a serem publicamente proprietários de sua criação.

Não se pode esquecer também o caráter comercial desses eventos. Transformada em produto, a comemoração é uma comercialização lucrativa, ao mesmo tempo em que se torna integradora do sagrado e do profano. As festas comemorativas possuem, pois, essas duas dimensões: a praça pública subversiva, profane e a dimensão sagrada dos atos oficiais.

E são essas duas dimensões memoráveis que são veiculadas pelos meios que se tornam, assim, na contemporaneidade guardiões da única memória válida da sociedade.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ANDERSON, Benedict. "Introduction". *Imagined Communities*. London, Verso, 1983.
- APPADURAI, Arjun. "The past as a scarce resource". In: *Man* (n.s), 16 (2): 201-219, 1981.
- BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público*. Niterói, tese de Doutorado em História, UFF, 1996.
- BARBOSA, Marialva. *Senhores da Memória*. Niterói, tese de Professor Titular, UFF, 1994.
- BERGSON, Henri. *Matière et mémoire*. In: *Oeuvres*. Paris, PUF, 1959.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*. São Paulo, T.A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- DAYAN "Télévision interruptive: entre spectacle et communication". In: *Hermès*, n. 4. Paris: CNRS, 1989. pp. 143-153.
- DAYAN, D e KATZ, E. *La télévision cérémonielle*. Paris: PUF, 1996.
- DAYAN, Daniel. *Le double corps du spectateur*. In: *Accusé de réception*. Le téléspectateur construit par les sciences sociales. Paris: L'Harmattan, 1998.
- DUBY, Georges. *Diálogos sobre a nova história*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989
- FERRAROTTI, Franco. *Il ricordo e la temporalità*. Roma: Laterga, 1987.
- GIGNOUX, Philippe (dir). *La commémoration* : colloque du centenaire de la section de sciences religieuse de l'Ecole pratique des hautes études. Louvain, 1988, 405 p.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.
- HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Préface de Gérard Namer. Paris : La Haye, 1984, 298 p.
- LACOUTURE, Jean. "A História Imediata". In: LE GOFF, J. *A História Nova*. São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- LE GOFF, Jacques. "Memória". In: Enciclopédia Einaudi. *Memória-História*. Vol 1. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, Editora da Unicamp, 1992.
- LOWENTHAL, David. *The past is foreign country*. Nova Iorque: Vintage Books, 1986.

- NAMER, Gérard. *Mémoire et Société*. Paris : Méridiens Klincksieck, 1987, 242 p.
- NORA, Pierre. “O retorno do fato”. In: LE GOFF, J. e NORA, P. *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.
- NORA, Pierre. *Les lieux de Mémoire*. Paris, Gallimard, 1984.
- PETIT, J. L. (dir) “L’ événement en perspective”. In : *Raisons pratiques*, 2, 1991
- POLLACK, Michael. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos*, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.
- POLLACK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989.
- POMIAN, Krzysztof. *L’orde du temps*. Paris: Gallimard, 1984
- RICOUER, Paul. *Tempo e Narrativa*. Vol. I. São Paulo: Papyrus, 1996.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. RJ, Zahar, 1994.